

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA TERCEIRA IDADE:
um estudo sobre os motivos que conduzem esta pratica na Orionópolis
Catarinense**


Prof. Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social,
CEE/Ufsc.

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 21/07/2003

KARINE ANDRÉA BASSO

Florianópolis, agosto de 2003.

KARINE ANDRÉA BASSO

**O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA TERCEIRA IDADE:
um estudo sobre os motivos que conduzem esta pratica na Orionópolis
Catarinense**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.**

Orientador (a): Luziele M. de Souza Tapajós.

Florianópolis, 2003.

KARINE ANDRÉA BASSO

**O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA TERCEIRA IDADE:
um estudo sobre os motivos que conduzem esta pratica na Orionópolis
Catarinense**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de:

BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

Obteve a nota média _____ atribuída pela Comissão Examinadora, no dia 21 de julho de 2003, integrada pelos membros:

Luziele Maria de Souza Tapajós
Professora Depto. de Serviço Social

Deolinda Pickler Pereira
Assistente Social Orionópolis Catarinense

Mara Ellen Melcher dos Santos
Membro Titular Conselho Municipal do Idoso

Dedico este trabalho, com muito carinho ao meu avô David Francisco Gnoatto (*in memoriam*), pelo exemplo de dignidade, caráter, honestidade e coragem, com que construiu sua vida, e cuidou de seus filhos. Mas especialmente em lembrança aos momentos que juntos estivemos.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, por ter guiado e iluminando meu caminho, especialmente nas horas mais difíceis e incertas, minha eterna gratidão.

Á Orionópolis Catarinense, por ter aberto suas portas concedendo a oportunidade de estágio, e por me permitir conhecer a realidade de pessoas tão especiais.

Aos moradores da OCA, por terem me recebido com tanto carinho, permitindo que eu pudesse fazer parte do seu cotidiano durante alguns meses, a eles, meu sincero agradecimento.

A Deolinda, Assistente Social da OCA, por todos os ensinamentos, pela paciência, pelas conversas, por ter uma energia sempre positiva, e uma luz radiante, agradeço imensamente, pois hoje, somos amigas, e poder dizer isso, me enche de orgulho.

Aos funcionários, pelo carinho e respeito, fazendo com que me sentisse, em todos os momentos, integrante da Orionópolis.

As voluntárias do Clube de Mães, que com paciência e dedicação sempre estiveram prontas a contribuir, especialmente aquelas que me concederam seus depoimentos, agradeço imensamente e divido com eles este trabalho.

Ao Pe. Luiz Ângelo Frison, diretor da OCA, que me recebeu de braços abertos, e foi muito importante nesta trajetória.

A minha orientadora Luziele Tapajós, pela compreensão, respeito e dedicação ao longo de nossas conversas e orientações.

Em especial, aos meus pais, Ivo e Inês, que em todos os momentos, sempre estiveram ao meu lado, apoiando meus sonhos, para que se tornassem realidade. Este sonho que agora realizo, não seria possível sem o incentivo de vocês. Agradeço a Deus por serem meus pais. Amo vocês!

Aos meus irmãos, Douglas e Rodrigo, por terem compreendido meu sonho, e que assim como eu sofreram pela distância e saudades que nos separaram nestes quatro anos de luta. Vocês são minha riqueza, obrigado por existirem.

Ao meu marido e companheiro Marcos, pelo nosso amor, e por ter dividido comigo, todas as angústias e inquietações. Esta conquista também te pertence, pois sem tua paciência, compreensão, carinho, respeito e companheirismo, essa caminhada seria muito difícil.

A todas as pessoas, que de forma direta ou indireta torceram por mim e contribuíram para a realização deste trabalho.

MUITO OBRIGADO!

*“Quando o sol bater, na janela do teu quarto
Lembra e vê, que o caminho é um só;
Porque esperar, se podemos começar tudo de novo agora mesmo
A humanidade é desumana, mas ainda temos chance
O sol nasce pra todos, só não sabe quem não quer.”*

Renato Russo

SUMÁRIO

	RESUMO.....	07
1	INTRODUÇÃO.....	09
2	CAPÍTULO I - O IDOSO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	12
2.1	O Processo de Envelhecimento.....	12
2.2	O Idoso em Questão.....	19
3	CAPÍTULO II - O VOLUNTARIADO.....	31
3.1	O Trabalho Voluntário e as Ações Voluntárias no Brasil.....	31
3.2	Breves considerações sobre o Terceiro Setor.....	40
4	CAPÍTULO III - A ORIONÓPOLIS CATARINENSE E O GRUPO DE VOLUNTÁRIAS DA TERCEIRA IDADE.....	46
4.1	A Orionópolis Catarinense como Palco da Ação Voluntária.....	46
4.2	O Idoso e a Atividade Voluntária na Orionópolis Catarinense: Motivos e Razões.....	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS.....	62

BASSO, Karine Andréa. **O trabalho voluntário na terceira idade:** um estudo sobre os motivos que conduzem esta prática na Orionópolis Catarinense. 2003. 64f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

Resumo

Este estudo procura, dentre o grupo de voluntárias do Clube de Mães da Orionópolis Catarinense, conhecer as idosas participantes deste grupo que realizam trabalho voluntário como uma forma alternativa de inserção social.

Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica abrangendo a questão do idoso, bem como um resgate sobre o trabalho voluntário no Brasil a fim de coletar dados que pudessem subsidiar nosso estudo.

Para compreender melhor os motivos e razões que conduzem a prática voluntária na terceira idade, elaboramos junto ao grupo uma pesquisa com o objetivo conhecer os motivos centrais pelas quais eles se mantêm social e voluntariamente ativos desenvolvendo um trabalho solidário.

Os resultados mostram que o trabalho voluntário está enrustido em valores de solidariedade e religiosidade, e mais do que isso representa um espaço de cultivo de amizades, de convívio social, e de satisfação pessoal.

Podemos considerar que o trabalho voluntário realizado pelas idosas apresenta-se como uma das maneiras saudáveis de viver o momento pós-aposentadoria, possibilitando o contato com o mundo e constituindo, pois, um espaço possível de atuação que contribui para o reconhecimento de um lugar social e político para o segmento da população que envelhece.

Palavras-chave: Trabalho voluntário, Terceira idade, Inserção social, Orionópolis Catarinense.

1 INTRODUÇÃO

Em cada fase de nossas vidas, seja na infância, adolescência e na vida adulta, apresentamos diferentes necessidades, mas em todas elas, temos o direito de viver com dignidade e respeito.

No entanto, a velhice ainda sofre grandes rejeições em nossa sociedade, que julga o idoso ultrapassado e incapaz. Portanto, envelhecer para muitos é sinônimo de fraqueza, doença e inutilidade. Ao atingir a velhice, ou entrar para a chamada terceira idade torna-se primordial, despertar as pessoas idosas para os valores do lazer, como dimensões socialmente produtivas, capazes de reagrupar as diversas funções sociais que ao longo da vida ativa se distribuíam entre o trabalho, a sociedade e a família.

De maneira geral, nossa sociedade urbano-industrial impõe um isolamento social às pessoas que envelhecem e não participam mais diretamente do processo produtivo. As relações sociais que estas pessoas estabeleceram ao longo da vida enfraquecem, interrompem-se ou modificam-se. O trabalhador aposentado perde o círculo de amizades feito a partir das relações do trabalho, as mulheres que se aposentam também vêm diminuídas suas obrigações domésticas e para com os filhos, à medida que estes conquistam sua independência.

No momento em que esses indivíduos poderiam dispor de suas vidas para usufruir os bens e serviços que a sociedade oferece, observa-se que, na maioria das vezes, tornam-se isolados, com redução do poder aquisitivo, baixa sociabilidade e com sentimento de desvalorização pessoal, além de serem vítimas de uma cultura que oferece poucas oportunidades aos mais velhos.

Durante o período de estágio, realizado na Orionópolis Catarinense, tivemos a oportunidade de conhecer e conviver com o grupo de mulheres da terceira idade, que através

da prática voluntária, procura reverter o quadro a dar determinado, o isolamento mostrando que envelhecer não significa apartar-se da sociedade, e sim participar dela.

Foi observando o cotidiano, e o comportamento deste grupo que vários questionamentos surgiram, e de imediato, algumas hipóteses foram sendo delineadas visando o estabelecimento deste estudo.

Seriam estas pessoas solidárias, motivadas pela idéia de caridade e amor ao próximo, influenciada pela questão da religiosidade? Seriam aposentadas que por se sentirem só procuram um espaço de inserção social? Ou ainda, seriam pessoas que encontram no trabalho voluntário uma espécie de satisfação pessoal e social, já que o idoso em nossa sociedade é visto como ultrapassado e incapaz. O que leva estas idosas a saírem de seus lares, para realizar um trabalho voluntário? Que importância tem este trabalho para elas?

Assim, o interesse do estudo dedicou-se a conhecer os idosos voluntários, que por diversos motivos se mantêm plenamente participantes e ativos, reconhecendo que a velhice não precisa ser sinônimo de isolamento, e sim oportunidade de participação contínua, nas questões sociais, econômicas e culturais, desmistificando a idéia de que o “velho” não serve para nada.

Os motivos pelas quais milhões de pessoas realizam trabalhos voluntários podem ser de origem pessoal ou social, fruto de suas próprias histórias de vida. Através dos tempos, o voluntariado tem atraído um maior envolvimento das pessoas da terceira idade, e conhecer os motivos que as conduzem para tal prática é, portanto, o objetivo deste estudo.

Como procedimento metodológico, foram escolhidos, a coleta de dados e análise dos mesmos através de uma revisão literária específica do tema. E ainda, como um instrumento de acesso aos sujeitos, utilizamos a entrevista estruturada, com a aplicação de um questionário contendo três perguntas norteadoras.

Apresentaremos, portanto, de forma breve, os assuntos explorados em cada capítulo, a fim de explicar como porta-se a rota deste estudo sobre o trabalho voluntário vivido pela terceira idade.

Avaliou-se ser necessário, no início do trabalho apontar alguns aspectos relacionados ao idoso no Brasil, bem como compreender a questão do envelhecimento (como sendo um processo biológico universal de cada ser vivo) em seus determinantes sociais, políticos, culturais e biológicos.

No segundo capítulo acontece o resgate da história da ajuda e da solidariedade relacionada á assistência aos desprovidos, passando por algumas transformações do sistema econômico, religioso e social. Ainda neste capítulo, uma discussão preliminar sobre o terceiro setor, espaço de inserção do voluntariado.

No terceiro capítulo, apresenta-se a pesquisa, desenvolvida por meio de uma entrevista realizada com as voluntárias do grupo da terceira idade da Orionópolis Catarinense, e o resultado obtido através da análise das mesmas.

Finalmente, são colocadas as considerações finais que pude elaborar a partir de estudos teóricos, da prática vivenciada no estágio e, principalmente, da pesquisa que realizei junto ao grupo, que através do trabalho voluntário encontra uma maneira de inserção social e satisfação pessoal.

2 CAPÍTULO I - O IDOSO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

2.1 O processo de envelhecimento

O século XX foi marcado por grandes mudanças no padrão de crescimento demográfico em relação ao número de idosos. A ONU (Organização das Nações Unidas), revela os seguintes dados referentes à população de idosos (acima de 60 anos) no Brasil: entre 1950 e 2025, a população de idosos crescerá 16 vezes contra 5 vezes da população total, tornando o Brasil o país com sexta população de idosos do mundo, com mais de 32 milhões de pessoas acima de 60 anos. Como apresenta o gráfico:

CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES EM TERMOS DE SUA

POPULAÇÃO DE 60 ANOS OU MAIS (milhões)

PAÍSES	class/1950	1950	1975	2000		class/2025
CHINA	1º	42	73	134	284	1º
INDIA	2º	32	29	65	146	2º
ANTIGA URSS	4º	16	34	54	71	3º
EUA	3º	18	31	40	67	4º
JAPÃO	8º	6	13	26	33	5º
BRASIL	16º	2	6	14	32	6º
INDONÉSIA	10º	4	7	15	31	7º
PAQUISTÃO	11º	3	3	7	18	8º
MÉXICO	25º	1	3	6	17	9º
BANGLADESH	27º	1	2	6	16	10º
NIGÉRIA	14º	2	3	6	17	11º

Figura 01: População com mais de 60 anos - Fonte: <http://www.un.org>

Entre as razões que explicam o envelhecimento populacional encontram-se a diminuição da taxa de mortalidade, a redução da taxa de natalidade, o avanço tecnológico através de descobertas científicas, proporcionando uma maior expectativa de vida para a

população idosa. No entanto, a questão do envelhecimento não abrange somente o crescimento populacional, mas outros aspectos e fatores históricos relacionados a ela.

De acordo com as pesquisas históricas e a antropológicas a velhice tem seu significado em todas as épocas e culturas. Ao longo da história da humanidade, a velhice tem sido conceituada e caracterizada de diferentes maneiras, tanto nas sociedades tradicionais, tribais, feudais, agrícolas, pastoris, caçadoras ou comerciais.

Cada sociedade reservou para seus idosos, uma função e um lugar determinado, privilegiado ou marginal, segundo suas necessidades e seus valores. As idéias sobre a velhice e o envelhecimento já eram encontradas desde os tempos mais remotos entre filósofos e pensadores de todas as partes do mundo com diferentes sentimentos, de repúdio e compaixão.

Em 2.500 ac no Egito, observa-se a descrição do velho: *“quão penoso é o fim de um ancião, vai dia a dia enfraquecendo: a vista baixa, os ouvidos se tornam surdos, a força declina, o corpo não encontra repouso, a boca se torna silenciosa e já não fala velhice é a pior desgraça que pode acometer um homem”...*

Na Grécia, em 630 ac a velhice era tratada como desprezo, nos dizeres, o povo: *“canta os prazeres, a juventude o amor e detesta a velhice”* e ainda complementam: *“Prefiro morrer a envelhecer”*.

Nos diálogos entre Sócrates e Platão, publicados na obra “A República” quatro séculos ac, encontramos o verdadeiro interesse pelo problema dos velhos. Segundo Sócrates: *“para indivíduos prudentes e bem preparados, a velhice não constitui peso algum”*. Para Platão: *“a velhice faz surgir em nós um imenso sentimento de paz e libertação”*.

No primeiro século antes da era cristã, Cícero, o grande filósofo romano em sua obra: “Catão, o velho” resume todo processo de envelhecimento: *“é preciso prestigiar o velho e*

fazer um preparo psicológico para sua morte”, e ainda segundo ele: *“Há homens que, como alguns vinhos, envelhecem sem azedar-se”*.

Descartes, em 1637: *“os cabelos brancos que começam a me assombrar, advertem-me que devo me dedicar a estudar o meio de retardar esta aparição”*.

Em décadas não muito distantes, a velhice era comparada ao inverno sombrio, frio e improdutivo, traduzindo uma desvalorização deste tempo de vida. Em algumas sociedades, os velhos eram abandonados nos desertos, nas geleiras para apressarem sua morte. Em outras, ao exemplo das tribos indígenas, os velhos são donos da sabedoria, e respeitados pela sua condição, a velhice é caracterizada pela experiência, determinando inclusive, ascendência moral sobre os mais jovens integrantes da tribo.

Na sociedade moderna, a velhice é tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais. O avanço da idade como um processo contínuo de perdas físicas e afetivas, é responsável por um conjunto de imagens negativas associadas à velhice.

Atualmente, a questão do envelhecimento ainda é um grande tabu, as pessoas ficam tensas e preocupadas quando o assunto é velhice, especialmente porque neste processo, o indivíduo sofre várias e grandes mudanças, que vão desde o aspecto fisiológico (mudança na aparência) até o aspecto social. Para os velhos, as perdas físicas e afetivas são sofridas com maior intensidade.

Estas perdas são causadas pela inatividade profissional, a perda de papéis junto à família e a sociedade, o distanciamento dos diversos grupos sociais, a angústia, o medo do novo, a batalha contra doenças crônicas e debilidades orgânicas, o estigma da morte, tudo isso, acarreta junto aos idosos um processo de insegurança, causando além de muitas patologias, o chamado isolamento social do velho.

Este isolamento além do distanciamento do idoso do convívio social tem causado nas pessoas idosas, um grave problema que é a depressão, sendo esta, uma das principais doenças mentais que atingem os idosos. Os principais sintomas desta doença são: tristeza profunda e duradoura, acompanhada de desânimo, apatia, desinteresse, impossibilidade de desfrutar dos prazeres da vida. Não se interessa pelas atividades diárias, não dorme bem, não tem apetite, muitas vezes tem queixas vagas como fadiga, dores nas costas ou na cabeça. Aparecem pensamentos "ruins" (idéias de culpa, inutilidade, desesperança e até o suicídio, nos casos mais graves).

Segundo Salgado (1982, p. 35)

"o distanciamento dos idosos, da convivência com diversos grupos, faz com que a sociedade também se distancie do idoso, não o convocando a participar, e não reconhecendo a sua existência social. Em decorrência desses fatores, e das exigências do mundo moderno, vem, quase sempre, como consequência natural, o isolamento social do velho"

Concordamos com Salgado, e acrescentamos, que todo este medo de chegar à velhice, é fruto de política de desenvolvimento das sociedades capitalistas industrializadas, com sua exagerada valorização na população altamente jovem, a qual considera capaz de gerar lucros e produtividade. Nos últimos tempos, em nossa sociedade a valorização do corpo forte, esculpido nas academias de ginástica, torna a velhice incomoda e indesejada.

Ao pensarmos na velhice, não podemos considerá-la apenas como fenômeno biológico natural e universal, mas também como fato social e historicamente construído, uma vez que a velhice corresponde a diferentes formas em que é vivida em determinada realidade. A identidade do velho define-se em parte como fenômeno biológico, mas não é suficiente para explicar uma totalidade: comportamentos, pensamentos e atitudes da pessoa idosas.

Ao longo da história das sociedades, é o fator cultural que determina a posição a ser ocupada pelas pessoas que envelhecem, tornando o fato biológico natural muito mais complexo e abrangente. Ressalta-se que o envelhecimento é um fato reconhecidamente heterogêneo e que, em sociedades como a brasileira, de grandes desigualdades sociais e

regionais, velhice pode significar vivências totalmente diferenciadas que vão da plenitude à decadência, da satisfação e prazer à miséria e ao abandono.

A mercantilização da aparência humana descobriu o elixir da eterna juventude. Fortunas são movimentadas para prolongar a nossa juventude ou, pelo menos, a ilusão de que ela é tudo: cirurgias plásticas, academias de malhação, pilulas energéticas, bebidas revitalizadoras. Assim, a velhice ganha aos poucos o estigma da vergonha, como se as rugas fossem cicatrizes socialmente inadmissíveis, os cabelos brancos sinais de degradação, a aposentadoria ociosidade vergonhosa, as limitações próprias da idade incompetência.

Apesar dos adventos relacionados à juventude, tem surgido uma nova tendência nestes últimos anos, como aponta Oliveira (2000, p. 03),

“a tendência contemporânea é rever os estereótipos associados ao envelhecimento. No Brasil, proliferaram, na última década, os programas voltados para os idosos, como as "escolas abertas", as "universidades para a Terceira Idade", e os "grupos de convivência de idosos". Estes programas, encorajando a busca da auto-expressão e a exploração de identidades de um modo que era exclusivo da juventude, abrem espaços para que uma experiência inovadora possa ser vivida coletivamente e indicam que a sociedade brasileira é hoje mais sensível aos problemas do envelhecimento”.

Vários grupos de pessoas idosos têm surgido nos últimos tempos, a fim de quebrar os estereótipos, criando os chamados grupos de convivência, de ajuda mútua, de amizades, clube da terceira idade, etc. Na maioria das vezes compostos por mulheres.

A convivência em grupo é um meio eficaz de oferecer a seus integrantes uma melhoria de qualidade de vida, inserção social, convívio social, novas perspectivas de vida e lazer.

Segundo Fraiman (1995, p.27):

“Verifica-se que há uma tendência de feminilização da população idosa, uma vez que as mulheres sobrevivem em média 6 a 8 anos aos homens e se casam com homens em média 6 a 8 anos mais velhos que elas, vivendo uma viuvez cerca de dez a vinte anos.

As mulheres no período da velhice demonstram, na sua grande maioria, uma força interior inegável na sustentação de situações difíceis, são elas geralmente quem reergue os familiares nos momentos de luto através do exemplo. Muitas, quando viúvas, optam por não se casarem novamente, guardando na memória e no coração a imagem e o sentimento pelo

companheiro. Conseguem buscar nos relacionamentos paralelos outras formas de extravasar suas afetividades.”

De acordo com as considerações de Fraiman, e observando o grupo de voluntárias da terceira idade na Orionópolis Catarinense a predominância das mulheres, é fato consumado, pois tem-se observado que o número de mulheres participantes dos Grupos de Convivência, chegam a predominância de noventa por cento na maioria dos grupos.

Para compreendermos melhor o surgimento desses tipos de grupos na sociedade, é considerável que façamos uma breve análise sobre grupos sociais, e qual a importância de pertencer a um deles.

Desde o nascimento até a morte, pertencemos e participamos dos mais diferentes grupos sociais, ou seja, família, escola, igreja, clubes, amigos trabalho, partido político.

Hartford (1983, p.317), adota a seguinte definição para um grupo:

“Grupo quer dizer um conjunto de pessoas que apresentam o mesmo comportamento e a mesma atitude com um objetivo comum que condiciona a coesão de seus membros. Exemplo: uma orquestra, um grupo de trabalho, um grupo religioso etc. Mas dentro da palavra Grupo, ainda encontramos várias outras definições, como exemplo o grupo de pessoas que se juntam apenas para discutir e realizar coisas em comum, por exemplo: adolescentes numa danceteria, grupo de alunos”.

Para Kisnerman (1986, p.101)

“Grupo é o conjunto de indivíduos que interagem em uma situação determinada com um objetivo por eles fixado. A convivência em grupo é um meio eficaz de oferecer a seus integrantes uma melhoria de qualidade de vida, inserção social, convívio social, novas perspectivas de vida e lazer”.

Concordamos com as duas definições, e enfatizamos que especialmente para os idosos, a vivência em grupo pode exercer grande influência, ou seja, cada pessoa ao ingressar em um grupo passa a fazer parte dele, pois integra-se em relações importantes para a sua vida. O grupo modifica-o e ele também modifica o grupo.

A participação dos idosos nos grupos sociais é importante porque a partir do momento em que participa de um deles, torna-se automaticamente integrado no sentido de viver em comunidade, quebrando os estereótipos de que a velhice não é sinônimo de isolamento, e sim de participação contínua nas questões sociais, econômicas e culturais, desmistificando a idéia de que o “velho” não serve para nada.

Existem hoje, espalhados em todo país, diversos centros comunitários, associações de moradores, clubes de mães e grupos de convivência para a terceira idade, proporcionando aos idosos um espaço de lazer, de resgate da cidadania, elevando a pessoa idosa á uma condição maior de envolvimento e dignidade. Estes espaços funcionam no sentido de integração social, buscando evitar o isolamento social, que acaba sendo comum no período após aposentadoria.

Acreditamos, que o período pós-trabalho resulta em uma grande desorganização individual e pessoal, justamente pelo excesso de tempo livre, aliado a não ocupação de tarefas cotidianas que antes realizava. Com isto, o individuo, homem e mulher passam a sentir uma certa desigualdade perante aqueles que ainda trabalham, assim, tem a grande tendência de isolamento.

No entanto, durante o estágio realizado na Orionópolis, percebi junto ao grupo de idosas que o trabalho voluntário surge como uma das possibilidades, dentre muitas, para as pessoas aposentadas manterem-se ativas, física e intelectualmente, motivadas e participantes.

O encontro semanal deste grupo promove a melhorar a auto-estima, qualificando o tempo da velhice, para que ele não seja encarado como um pesado encargo e, sim, como uma possibilidade de transformação que represente uma forma de reinserção do aposentado no espaço público.

Para as mulheres, o tempo pós-trabalho não é tão difícil e traumático como para os homens. Segundo Fraiman (1995, p.52),

“a mulher dispõe de maior autonomia no lar, em suas decisões, ocupando tempo e espaço, no transcorrer de seu cotidiano; o homem dispõe maior autonomia no trabalho, decisões, horários e tarefas preestabelecidas; a mulher dispõe de maior participação e autonomia na educação dos filhos e cuidados com os pais, sogros, parentes e outros familiares; o homem, dispõe de maior distanciamento e envolvimento com a família em geral; a mulher, desenvolveu amizades e atividades dentro de casa, na vizinhança, na escola dos filhos; o homem, desenvolveu relacionamentos sociais no trabalho; a mulher, desenvolveu interesses generalizados; e o homem desenvolveu interesses relacionados com seu trabalho”.

As mulheres buscam mais os espaços de programas sociais e atividades de grupos, disponíveis na comunidade sendo este, muitas vezes um meio de superar o isolamento.

A vida grupal provê aos seus membros oportunidades de dar e receber; além do que, mantém em equilíbrio a auto-estima e o bem estar pessoal. Compreendemos, que compete às entidades públicas, estimular a criação de locais de atendimento aos idosos, centros de convivência, casas-lares, oficinas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros; apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade e impedir a discriminação do idoso, previstos na Política Nacional do Idoso. Porém, existe ainda, um grande distanciamento entre a lei e a realidade dos idosos no Brasil, o que poderemos verificar no próximo item.

2.2 O idoso em questão

Durante longos anos, na história do Brasil, os cuidados com os idosos foram permeados por práticas de cunho assistencialista. Os “velhos”, que consistiam a classe empobrecida, desamparada e desassistida, dependia de ações caritativas dos indivíduos, das Santas Casas de Misericórdia, das congregações religiosas ou de entidades de benemerência.

No Brasil Colônia, temos o conhecimento de uma lei, conhecida como *Lei dos Sexagenários*, ou Lei Saraiva-Cotegipe promulgada em 28 de setembro de 1885 pelo governo imperial que libertava os escravos com mais de 65 anos. No entanto, esta decisão era

considerada de pouco efeito, pois a expectativa de vida do escravo não ultrapassava os 40 anos.

A primeira iniciativa para a concessão de direitos, especialmente para os idosos, como forma de proteção social, foi em 1890, com a criação das Caixas de Socorro para empregados da Estrada de Ferro, eles contribuíam com uma pequena ajuda e tinham auxílio em caso de doença e morte.

“Embora vários estudos mostram a existência de programas de previdência social no Brasil, implementados pelo governo no período colonial, é na década de 1920 que começam a se desenvolver as instituições sociais assistenciais e previdenciárias, saúde pública, seguro social, menores, etc., a partir da ação estatal que amplia de forma notável sua interferência nesses domínios” (Oliveira, 1996, p.57).

Em 1923, ano marco do surgimento da Previdência Social, através do Decreto –Lei nº4682 (24-01), o Deputado Eloy Chaves determina a criação das CAP's (Caixas de Aposentadoria e Pensão) para as categorias mais importantes do ponto de vista econômico. As CAP's funcionavam como uma espécie de associação. Os empregados das categorias profissionais mais organizadas contribuíam através de um desconto sobre seu salário, em contrapartida, recebiam auxílio-funeral, assistência médica, e aposentadoria.

Segundo relata Silva (1995, p.35),

“Cada vez mais críticos e conscientes dos seus direitos, os trabalhadores exigem proteção social. A Previdência tornou-se o grande centro das reivindicações dos trabalhadores, de forma que em 1929, todos os candidatos à Presidência da República incluíram o tema em suas propostas de governo”.

Durante a era Vargas, a intervenção do Estado na sociedade voltava-se para o crescimento econômico e concentração de renda, gerando um quadro de profundas desigualdades sociais. A primeira etapa da era Vargas foi marcada pela intensa produção legislativa, com inovações no campo do trabalho e políticas sociais. Na verdade, tudo não

passava de uma estratégia para ganhar apoio dos trabalhadores, já que nesta época, os avanços populares eram intensos.

A classe trabalhadora passa a fazer parte do cenário político exigindo cada vez mais os seus direitos trabalhistas. Na tentativa de atenuar os conflitos com os trabalhadores, o governo atendia parcialmente suas reivindicações. Já no contexto do Estado Novo, tenta compensar o fim da democracia e o empobrecimento da população através da expansão das políticas sociais, que eram centralizadoras e fragmentadas.

Em 1973, o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, normatizou a primeira medida de assistência aos idosos, através da aposentadoria-velhice (para homens acima de 65 anos e mulheres acima de 60 anos.) contemplando-os com uma Renda Mensal Vitalícia somente para os contribuintes do sistema previdenciário. No entanto, não foi o bastante para evitar o quadro de pobreza e miséria que foi desencadeado, a partir daí, a situação dos idosos passou a ser alvo de profundas análises e discussões.

As sociedades científicas começaram a desenvolver vários estudos. Surge no Brasil a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). A distinção entre os dois termos, segundo Fraiman (1995, p. 26),

“A Geriatria, é o campo de estudo que se concentra nos aspectos patológicos e patogênicos do envelhecimento e sua prevenção. Já a Gerontologia, vem do termo *geron*, que significa “velho, velhice”. Esta ciência, estuda os aspectos bio-psico-sociais, enfocando tanto grupos de idades, quanto as fases ou ciclos do desenvolvimento humano. É portanto uma ciência multidisciplinar predominantemente orientada para o social”.

Embora vários estudos iniciados na década de 60 sobre a questão do envelhecimento, somente a partir de 1970, a questão social da velhice passa a ganhar maior visibilidade. Em 1973, um estudo realizado pelo Ministério da Previdência Social, identificou 279 obras de amparo aos idosos sendo na sua grande maioria casas asilares.

No Brasil, o ano de 1976 foi o grande marco do trabalho com idosos, devido ao agravamento da pobreza e das desigualdades sociais, diversas ações foram desenvolvidas no

sentido de conscientizar a população sobre o assunto. Com o resultado do estudo acima mencionado, era preciso mobilizar a sociedade de alguma forma, portanto neste ano,

“Por inspiração e coordenação do Gerontólogo Marcelo Antonio Salgado e com o apoio do Ministro da Previdência e Assistência Social, Luiz Gonzaga no Nascimento e Silva, realizaram-se três Seminários Regionais e um Seminário Nacional, buscando estabelecer diagnósticos para a questão da velhice em nosso país, e apresentar as linhas básicas de uma política de assistência e promoção social do idoso”.

(Associação Nacional de Gerontologia – ANG)

Em 1982, em Viena, foi realizada a Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento (AME), patrocinada pela Organização das Nações Unidas, onde foi traçado o Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento (PAME). Neste encontro, reuniram-se especialistas de diversas áreas científicas de vários países, entre os quais o Brasil, reconhecendo então a importância de um estudo direcionado a população idosa, que durante muito tempo, foi alvo do descaso e esquecimento. De acordo com projeções da Organização Mundial de Saúde, com um crescimento populacional de idosos mais acelerado do mundo, só comparável ao México e à Nigéria, chegaremos em 2025, como a sexta população de idosos do mundo.

Fator decorrente do crescimento populacional são os avanços científicos da medicina moderna, que dispõe de vários recursos para ampliar o tempo de vida das pessoas, retardando o envelhecimento cronológico, fazendo com que a expectativa da vida na população brasileira chegue em torno de 70 a 80 anos de idade. Mas afinal, qual público é considerado integrante da chamada Terceira Idade*.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) considera a idade de 65 anos, como limite inicial, caracterizador da velhice, enquanto a ONU (Organização das Nações Unidas) a considera a partir dos 60 anos de idade. Como aponta Fraiman (1995, p.12),

O senso comum entende o “velho” como aquele que tem muitos anos de idade, e uma grande experiência acumulada. No entanto ficar velho, não é somente um momento na vida de um indivíduo, mas um processo extremamente complexo e pouco conhecido.

* O termo Terceira Idade surgiu na França em 1962, como sinônimo de um envelhecimento ativo e independente, no Brasil este termo passou a ser adotado também a partir dos anos 60.

Através de estudos acerca do envelhecimento, vários cientistas descobriram pessoas de 80 anos extraordinariamente “jovens”, e outras de 40 extraordinariamente “velhas”. Portanto, a idade cronológica, não é uma medida confiável de envelhecimento, como aponta Fraiman (1995, p.20), existem diferentes conceitos de idade:

- **Idade Cronológica:** Ordenada de acordo com a idade do nascimento, neste caso vale ressaltar, que a idade cronológica, é a que menos caracteriza condições individuais.

- **Idade Biológica:** Corresponde a idade que o organismo demonstra com base na condição biológica dos seus tecidos, neste caso, vale lembrar, que algumas pessoas, que tem a mesma idade cronológica, não tem a mesma idade biológica.

- **Idade Psicológica:** Corresponde à idade da capacidade de adaptação às reações e à auto imagem dos indivíduos.

- **Idade Social** - É determinada pela estrutura das sociedades, através de regras sociais, podemos citar como exemplo, um jovem só tem permissão para dirigir aos dezoito anos...

No entanto, devemos considerar, que a idade é apenas uma conceituação, não é ela que determina nossa personalidade, ainda segundo Fraiman (1995, p.21),

“por si só, a idade cronológica de um indivíduo nada nos revela sobre sua existência, personalidade, intelectualidade, produtividade, energia vital. A pessoa é muito mais do que uma simples expressão de suas atuais condições físicas e de saúde, uma vez que a dimensão mental e experiencial também agem e se modificam a cada instante”.

Envelhecer, para a população brasileira nos últimos anos tem sido um processo doloroso, especialmente na época atual em que se valoriza o homem pela força física e a capacidade de gerar lucros. Sendo assim, o idoso é automaticamente excluído do processo de participação política, econômica e social. Para Salgado (1982, p.18),

“as sociedades precisam , urgentemente, reformular suas idéias sobre a velhice eliminando as posturas preconceituosas que tanto aviltam a dignidade que durante milênios de evolução, a espécie humana tem lutado para conquistar. É necessário que se prolonguem ou se criem oportunidades novas para os que envelhecem, mantendo-os ativos e participantes segundo suas condições psicofísicas para, com isso, devolver-lhes sua total dimensão”.

É possível verificarmos em nossa sociedade, um quadro extremamente contraditório, pois de um lado observamos o acelerado crescimento da população idosa, e do outro, a mesma sociedade é preconceituosa em relação á velhice, agravando ainda mais a problemática daqueles que ingressam na terceira idade.

Após a Constituição de 1988, do ponto de vista legal, houve um avanço notório na garantia dos direitos de milhões de brasileiros. Inaugura-se assim, uma nova era para a assistência social brasileira, substituindo-se a visão centrada no “favor”, na “benesse” pela visão do “direito” e da “cidadania”.

Segundo a Constituição Federal Brasileira no artigo 230 a família, a sociedade e o Estado, têm o dever de cuidar dos idosos, assegurando-lhes uma participação na vida comunitária, protegendo sua dignidade e bem estar, garantindo-lhes o direito á vida.

Outra importante conquista foi a implementação da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), aprovada em 1993. A LOAS, conferiu como dever do Estado: *“um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil para garantir o atendimento ás necessidade básicas”*.

A LOAS, inaugura uma nova era para a assistência social brasileira, constituindo-se enquanto política pública, propondo mudanças sobre o conceito de assistência social, garantindo para o idoso em questão: *“a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”*(artigo V)

Todavia, mesmo depois dessas conquistas, a Assistência Social continua com o “status de uma política secundária” para o Estado, que prioriza a economia e não as questões sociais. Em relação aos direitos dos idosos, somente mais de uma década depois da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (1982) é que temos um marco nas políticas sociais, voltadas para este segmento da população, com a Política Nacional do Idoso, sob a lei n.º 8.842 de 04/01/94.

Essa lei foi reivindicada pela sociedade, sendo resultado de inúmeras discussões e consultas ocorridas nos Estados, nas quais participaram idosos ativos, aposentados, professores universitários, profissionais da área de gerontologia e geriatria e várias entidades representativas desse segmento, que elaboraram um documento que se transformou no texto base da lei.

Segundo o informe o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), esta Lei visa assegurar os direitos sociais do idoso (pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, nos países subdesenvolvidos), “criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Desta forma assegura o direito de exercer sua cidadania” (Brasil, DL 1948, 1996). Estes direitos de cidadania devem ser garantidos pelo Estado, pela família e pela sociedade, observando ainda as diferenças regionais e econômicas na aplicação da Lei.

Em Santa Catarina, foi criado em 1990, sob a Lei nº 8072 o Conselho Estadual do Idoso que tem por competência: *“definir a política social do idoso a partir de estudos e pesquisas que levem em conta fundamentalmente a inter-relação da causa do idoso com o sistema social vigente. (Artigo 2º, item I).*

Após quatro anos após a implementação da PNI, foi criada a Política Estadual do Idoso, sob a lei nº 11.436 de 07 de Junho de 2000, que tem por objetivo: *“criar condições para a*

garantia da autonomia, integração e participação efetiva do idoso na família e na sociedade catarinense” (Artigo 1º, item I)

Em entrevista concedida ao Jornal Diário Catarinense no ano de 2001, Edi Mota Oliveira, secretária executiva do Conselho Estadual do Idoso comentou,

"Santa Catarina é um Estado privilegiado nesse sentido, pois criou na frente esses grupos" o Estado apresenta diferenciais em relação ao restante do País. "Aqui temos o homem mais velho do mundo, com 115 anos, que vive em Tubarão, e também a segunda cidade em longevidade no Brasil, Rio Fortuna". Os centenários, no Brasil, somavam 13.865 em 1991, e já em 2000 chegam a 24.576 pessoas, ou seja, um aumento de 77%".

Embora tenham ocorrido algumas mudanças no em alguns Estados brasileiros, constatamos que as políticas sociais brasileiras de proteção à pessoa idosa ainda são suficientes para combater as vulnerabilidades decorrentes do envelhecimento da população. Concordamos com Moreira (1999, p. 07),

"Sem dúvida, a legislação brasileira que trata dos idosos está entre um dos documentos mais avançados de nosso país, porém, o plano de viabilização das ações ainda é muito precário, existe ainda, um longo caminho a ser percorrido, para assegurar de fato aos idosos, os direitos previstos na lei".

No Brasil, o que constatamos é que a Política Nacional do Idoso ainda não conseguiu se firmar no âmbito dos direitos sociais. O Estado, que não vê a assistência como direito, não tem destinado recursos suficientes para a execução desta política, gerando cada vez mais um grande processo de exclusão social.

Atualmente, a discussão gira em torno da aprovação do Estatuto do Idoso, cujo objetivo maior, é cuidar e garantir os direitos já assegurados na Constituição Federal, sobretudo tentando proteger o idoso em situação de risco social. Estas são novas exigências da sociedade brasileira para o atendimento da população idosa, já que o Estatuto do Idoso, parte de uma iniciativa da sociedade civil organizada.

Ao mesmo tempo em que surge esta "garantia de direitos", observamos o afastamento do Estado de sua maior responsabilidade, passando para a comunidade e, principalmente, para a

família os cuidados com seus idosos, o que fica claro na Política Nacional do Idoso, quando coloca: a priorização do atendimento pela família ao invés dos asilos.

Acreditamos que o papel da família e da sociedade devem ser mais bem definidos, pois não se trata apenas de abolir os asilos, mas fornecer subsídios concretos para que estes possam cuidar de seus idosos, sendo assim, o Estado deve gerenciar ações e fornecer serviços de qualidade para que a família, em primeira instância, possa manter seu ritmo de vida cotidiano sem encarar o idoso como um empecilho.

É o que demonstra a realidade vivida por um grande número de idosos dessassistidos. Muitos, sem vínculo familiar, acabam morando em asilos, como são popularmente chamadas as Instituições que atendem a idosos, sendo esta a resposta imediata para esta questão.

Muitos asilos, ou “clínicas” para idosos, acabam sendo negligentes, os idosos são vítimas de maus tratos e negligencia. Basta nos recordarmos do ano de 1996, quando a Clínica Santa Genoveva no Rio de Janeiro foi denunciada pela morte de 102 idosos internados.

Existem hoje, espalhadas por todo o Brasil, órgãos fiscalizadores e de atendimento a denúncia de maus tratos envolvendo os idosos. Em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, existem delegacias especializadas na Proteção ao idoso. Em outras cidades, o órgão responsável pela fiscalização, são os Conselhos Estaduais e Municipais. Cabe ressaltar, que muitas cidades não tem esse tipo de atendimento especializado, sendo assim, as denúncias podem ser feitas ao Ministério Público.

Recentemente, várias campanhas em defesa dos direitos dos idosos estão sendo apresentadas pela mídia. A CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) abriu a Campanha da Fraternidade em 2003 com o tema: “*Fraternidade e pessoas idosas*”. Esta campanha vem nos alertar para a dignidade dos idosos e propor que os ajudemos a ter esperanças, isso significa mobilizar a sociedade para que facilitem a eles mobilidade e

direitos, como já vem ocorrendo em cidades onde eles não pagam transporte coletivo, em bancos que lhes asseguram atendimento especial, entre outros.

No entanto, animados pelo ritmo da solidariedade, cada vez mais a sociedade civil tem se mobilizado para suprir as carências de um Estado Mínimo*. Na realidade social brasileira, encontramos um profundo quadro de desigualdades e injustiças sociais inerentes ao sistema capitalista expresso de forma excludente nos últimos anos. As propostas neoliberais são reducionistas do papel do Estado na esfera da proteção social. Infelizmente, esta concepção econômica, esteve permeando todas as ações do governo FHC (1995-2002) durante seu mandato deixando cicatrizes profundas em toda área social.

Animados com a perspectiva de mudanças, o programa de Governo do presidente eleito está fundamentado na defesa da ação social, com um Estado forte e regulador, que contemple setores da sociedade que ficaram marginalizados devido ao modelo político-econômico imposto pelo governo anterior.

Acreditamos que seja necessária uma re-estruturação do Estado, capaz de promover políticas sociais, que possam garantir os direitos de todos os cidadãos, promovendo maior qualidade de vida a todos os segmentos da população. No que contempla os idosos, Como afirma Assis (2002),

“Às políticas públicas cabem garantir os direitos fundamentais (habitação, renda, alimentação...), e desenvolver ações voltadas às necessidades específicas da população idosa, como centros de convivência, assistência à saúde especializada, centros-dia, serviços de apoio domiciliar ao idoso sozinho, programa de medicamentos, universidades da terceira idade, etc”.

Referente aos espaços e programas de inserção de idosos, encontramos uma grande diversidade destes, voltados para o público da terceira idade, no entanto, este público é ainda muito restrito, sendo pessoas da classe média alta em geral, na sua grande maioria recém

* Ao falarmos em Estado Mínimo, nos referimos à visão de Estado na perspectiva neoliberal, que reduz a ação interventiva desse nas diversas áreas, buscando, porém, manter sua eficácia na condução da ordem econômica sob a égide das leis de mercado. A redução da ação interventiva do Estado sob a ótica neoliberal ocorre, sobretudo no que se refere a gestão das políticas sociais voltadas para a população, ou seja, na responsabilidade de garantir proteção social aos cidadãos.

Envolvidos pela atual conjuntura neoliberal, que em seu discurso nomeia a solidariedade, a ajuda ao próximo, como fatores de ordem moral, e de dever de cada um de nós, faz-se necessário compreender a intervenção da sociedade civil, e amplia-la do ponto de vista político já que especialmente por meio do trabalho voluntário acaba responsabilizando-se por um dever que não é seu.

Assim, no próximo tópico, a avaliação sobre o voluntariado pode auxiliar na compreensão mais detida do objeto deste estudo e das hipóteses que os sustentam.

aposentados, que ainda se mantêm participativos e dinâmicos, com estabilidade financeira garantida capaz de lhe proporcionar melhor qualidade de vida. Para este grupo especificamente, existe programa específico de alimentação, saúde, bem estar, acompanhamento médico, atividade física, etc... .

Em contrapartida, encontramos idosos de segmentos mais vulneráveis, a mercê da sua própria sorte, tentando sobreviver com sua mísera aposentadoria, (quanto às tem) comprando remédios apenas para manter-se vivos. Estes, não têm acompanhamento, qualidade de vida e menos ainda direitos garantidos, uma vez que ficam horas nas filas de hospitais para simplesmente marcar uma consulta.

É preciso rever este quadro, já que todos fazem parte de uma mesma lei, cuja especificidade é a garantia universal dos direitos, mas infelizmente, o que presenciamos em nossa sociedade, é distanciamento entre determinados projetos de lei e a realidade imposta pela perspectiva neoliberal.

Cada vez mais, a sociedade civil que busca a reivindicação dos direitos sociais, na construção e na efetivação das políticas públicas voltadas à população idosa. Podemos destacar, sua contribuição na promoção e defesa dos direitos dos idosos por meio das organizações, entre elas, da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), do Serviço Social de Comércio (SESC), da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COPAB), da Associação Nacional de Gerontologia (ANG), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ou seja, existe a crescente interlocução Estado/sociedade civil na área social possibilitando o debate em torno à questão do idoso, que no Brasil assume uma importante proporção demográfica.

Pautados no discurso onde a sociedade civil é essencial para a construção de uma nova sociedade, está a omissão cada vez mais visível do Estado, em relação a sua intervenção nas questões sociais.

Envolvidos pela atual conjuntura neoliberal, que em seu discurso nomeia a solidariedade, a ajuda ao próximo, como fatores de ordem moral, e de dever de cada um de nós, faz-se necessário compreender a intervenção da sociedade civil, e amplia-la do ponto de vista político já que especialmente por meio do trabalho voluntário acaba responsabilizando-se por um dever que não é seu.

Assim, no próximo tópico, a avaliação sobre o voluntariado pode auxiliar na compreensão mais detida do objeto deste estudo e das hipóteses que os sustentam.

3 CAPÍTULO II - O VOLUNTARIADO

3.1 O trabalho voluntário e as ações voluntárias no Brasil

Como vimos, a tendência das pessoas a se associarem ou a se organizarem por diversos motivos, é algo que se evidencia ao longo da história da humanidade. Ainda na antiguidade, registros apontam sobre determinados grupos de pessoas, que se organizavam e ajudavam as caravanas atravessar os desertos, estes grupos, mais tarde, estenderam-se para as cidades, onde ajudavam muitas pessoas, como aponta Martinelli (1989, p.84):

“a ajuda, nessa fase da história da humanidade, concretizava-se na esmola esporádica, na visita domiciliar, na concessão de gêneros alimentícios, roupas, calçados, enfim, em bens materiais indispensáveis para minorar o sofrimento das pessoas necessitadas”.

Ao realizarmos uma breve revisão histórica, é possível perceber a presença do trabalho voluntário e das ações voluntárias em vários momentos da vida nacional, com a noção da caridade e ajuda ao próximo permeando estas ações. Esta análise é perfeitamente compreensível ao observarmos a presença da Igreja Católica e sua influência em diversos momentos da história do Brasil, com a forte influência do humanismo cristão.

Na Idade Média (314-1452), o Cristianismo foi estabelecido como religião oficial estabelecendo novos patamares de relações entre igreja – sociedade e Estado. Assim, a caridade e a ajuda, revestiram-se em formas de valor usualmente aplicáveis na sociedade. Os pobres, que na antiguidade eram considerados castigados por Deus, passam agora, a receber auxílio de todos, devido ao discurso cristão que pregava a ajuda, como mérito para conseguir a vida eterna.

A Igreja Católica passou a administrar as obras de caridade, criando hospitais, leprosários, escola para os pobres, doentes e mutilados da guerra. O Estado, não intervinha

no campo da caridade, somente auxiliava as obras com subvenções e coletas. Conforme afirma Landim (1993, p.13), onde quer que encontremos, nos primeiros séculos da colonização, organizações encarregadas da assistência social, do ensino, da saúde, encontraremos a Igreja – com o mandato do Estado na sua promoção.

A igreja nesta época tinha muitas posses, sendo dona de muitos bens e propriedades, pregava a caridade e a ajuda, no entanto, estes bens não eram partilhados com os que mais necessitavam. Indignado com a forma em que a igreja católica pregava, o monge e teólogo Martinho Lutero (1483-1546), organizou um grande movimento religioso, a chamada Reforma Protestante, que diferente do catolicismo, defendia “a organização da prática da assistência com responsabilidade do Estado, e não da igreja”. (MARTINELLI, 1989, p.85).

Mesmo sendo alvo de grandes críticas e protestos, no período específico do Brasil colônia, a igreja é presença marcante, sendo responsável pela assistência pública e saúde, nesta época, as “associações voluntárias”, eram criadas nos espaços da Igreja Católica, ou sob seus cuidados, sempre animada sob o discurso de ajuda ao próximo para alcançar a vida eterna.

No ano de 1543, é comum a referência às pessoas que trabalhavam voluntariamente, como por exemplo, na da Santa Casa de Misericórdia em Santos. Época em que as ações voluntárias escreveram grande parte de sua história, marcada especialmente pela presença das Irmandades e Confrarias.

As Confrarias eram associações com fins religiosos, formados por um conjunto de pessoas que exerciam a mesma arte ou ofício, e eram geralmente localizadas em torno das capelas. Já as Irmandades, eram associações ligadas a confraternidade, que mantinham casas de caridade e asilos para indigentes, onde os devotos contribuíam materialmente para o seu funcionamento, em troca, recebiam auxílio médico quando necessitavam.

É interessante observar, que no período de 1822 a 1889, as relações ente Igreja e Estado são estáveis, sendo considerada a religião católica pela Constituição, como a *"religião do império"*. Envolvidos pela fé cristã, as pessoas viviam em comunidade socializando bens como forma de amor. A igreja dominava não só a questão religiosa, mas também a questão social. Foram inúmeras as entidades que surgiram, como mosteiros, e congregações em prol dos pobres, enfermos, velhos, órfãos, etc.

Com a transição do modo de produção feudal, surge um sistema social diferente chamado capitalismo, baseando-se na livre troca das mercadorias, com o objetivo de obter lucro. A classe burguesa passa a exercer o domínio, e o Estado passa a ser o instrumento dessa nova classe. As máquinas e indústrias passaram a fazer parte deste novo cenário, ocasionando a desvalorização da produção agrária. Este impacto ocasionou um grande deslocamento de camponeses para os grandes centros, em consequência, o alastramento da pobreza e das desigualdades sociais.

No ano de 1889, com a Proclamação da República, e a conseqüente separação entre a Igreja e o Estado, ficou estabelecido a liberdade ao culto, e ainda, a proibição de subvenções governamentais as entidades de caráter religioso. O período de 1890 á 1930, as relações entre Igreja e Estado são marcadas pelo distanciamento de ambas.

Em 1930, em plena era Vargas, e devido a sua política populista e centralizadora, o Estado passa a ter presença marcante, exercendo um grande controle na sociedade, especialmente na tentativa de cooptar os trabalhadores e impor a estes uma cidadania regulada*. Os direitos trabalhistas eram destinados aqueles cuja ocupação era reconhecida e legitimada pelo Estado. Entretanto, as classes trabalhadoras, que no Brasil começaram a se

* a cidadania regulada era resultado das estratégias utilizadas por Vargas na tentativa de conter as lutas populares, e ao mesmo tempo ganhar apoio dos trabalhadores. Os direitos relativos a empregos salários, benefícios sociais, por exemplo, eram destinados apenas aqueles cuja ocupação era legitimada e reconhecida pelo Estado.

organizar simultaneamente ao ser surgimento, reagiam e pressionavam o Governo, em busca dos seus direitos.

Neste período, a sociedade brasileira, segundo Paes (1999, p.52):

“teve que se mobilizar para combater o autoritarismo e o arbítrio reinantes naquele momento. Foi um momento de afirmação da sociedade civil e valorização da democracia; surgiram várias organizações e movimentos sociais em consequência de um novo ímpeto – introduzido inicialmente por setores cristãos progressistas e depois abraçados por outros setores comprometidos com a democracia e a mudança social – de organização da sociedade de base.”

Observamos, que a intervenção do Estado nas questões sociais ocorreu nos anos 30 devido ao agravamento da pobreza e desigualdades sociais. Como estratégia política, o governo passa a desenvolver políticas sociais, assumindo a assistência às pessoas, na tentativa de reduzir os conflitos agravados pela classe trabalhadora, devido às precárias condições em que se encontravam. Como relata Carlos Montaña (1996, p.102), citado por Aguiar (2002, p.12):

“O Brasil começa a sentir os efeitos dos conflitos entre a classe operária e burguesa nos anos trinta. Esses são causados pelo aumento do desemprego, precárias condições de trabalho e queda de salários, levando a classe operária a se organizar, principalmente através de seus sindicatos, transformando-os em forte instrumentos de luta. Esse fato ocorre na passagem do capitalismo competitivo para a fase monopolista, e incentiva a classe dominante a levar as lutas de classe para a esfera política e estatal. Assim, o Estado começa a intervir na questão assistencial, instituindo as políticas sociais no Brasil, como uma forma de legitimar e consolidar a hegemonia da classe dominante e diminuir os conflitos entre as classes”.

Nesta época, as políticas sociais, que cuidava de crianças, idosos, trabalhadores, ou seja, da população em geral, era totalmente assistencialista e focalizada, sendo prestada por órgãos diferenciados, como a LBA (Legião Brasileira de Assistência) que atendia idosos, FUNABEN (Fundação Nacional de Bem Estar do Menor) que atendia menores carentes, e assim, por diante. O voluntariado neste contexto estava vinculado ao PRONAV (Programa

Nacional do Voluntariado), através de campanhas de doações de dinheiro e engajamento da sociedade civil.

A pressão da classe trabalhadora sobre o governo aumentava a cada dia. Alegando que os comunistas queriam tomar o poder, Getúlio instala o chamado Estado Novo (1937-1945), onde houve basicamente uma eliminação da democracia representativa no país, as greves foram proibidas, os partidos políticos abolidos, e qualquer oposição da sociedade civil ao Governo era reprimida. O período pós-ditadura varguista é considerado como sendo o da “redemocratização” e que, portanto, tal contexto marca o “reingresso” do país na democracia, há uma grande retomada dos movimentos populares organizados por trabalhadores, que antes fora ofuscado e reprimido pelo autoritarismo.

A partir de 1945, a poderosa hegemonia do neoliberalismo nas sociedades contemporâneas, vai começar a dar os primeiros passos. O neoliberalismo tem como um de seus princípios, a oposição do Estado na intervenção de questões sociais, sendo assim, seu principal alvo foi a eliminação do *Welfare State*^{*}, (Estado de Bem Estar Social) nos países europeus, argumentando que este modelo de proteção social, enfraquecia o Estado e a acumulação de capital. A queda do Estado de Bem-Estar, no início da década de 70, trouxe a tona à insegurança, e por consequência a vulnerabilidade social dos setores excluídos aumentou.

Em todo mundo, o cenário marcado pela globalização excludente, traz como consequência à inexistência de uma política social eficaz, capaz de eliminar as desigualdades sociais. Neste contexto, o que observamos, é a lógica dominante da exclusão e marginalização social. Como afirma Yasbek,(1995, p.18), é importante perceber que essa nova ordem mundial da globalização e da regionalização é marcada por uma profunda assimetria e desigualdade, que caracterizam as relações entre países, blocos e hemisférios.

Em 1989, o Consenso de Washington¹, (cuja discussão se fez em torno da visão norte-americana sobre a condução da política econômica, sobretudo nos países periféricos, no mundo inteiro, especialmente nos países da América Latina), traz com seu princípio, a terceirização, estabilização da economia, privatizações, embasada no neoliberalismo como uma concepção política, econômica e cultural. Os Estados passam a enxugar suas políticas, ajustar seus orçamentos e diminuir aos poucos os financiamentos de assistência social.

Este processo, por sua vez, desencadeou a separação de classes, o aumento da pobreza, miséria, desemprego e exclusão social, enfim das desigualdades sociais.

Especialmente nos últimos anos, nossos governantes (de José Sarney (1985) a Fernando Henrique Cardoso (1994 -2002)), não tem poupado esforços para que não houvesse modificações neste quadro. No governo de FHC, especificadamente no que diz respeito à inversão dos direitos sociais, foi criado o Programa Comunidade Solidária².

Com a implementação deste programa, tendo como principal objetivo “garantir que os gastos oficiais na área social sejam mais eficientes e resultem em melhor atendimento das populações mais carentes” (Conselho Comunidade Solidária – 1998, p.02) podemos observar uma proposta seletiva e reducionista, incentivando projetos que nascem no âmbito de comunidades carentes no combate às suas mazelas.

Sendo este programa instituído de forma fragmentada e focalizada, através de seus princípios e ações, resgata a concepção de solidariedade, ajuda e favor, sendo totalmente antagônico à LOAS, que prevê o direito à assistência, e à própria Constituição Federal de

¹ O Welfare State (Estado de Bem Estar Social) nasceu com o fim dos governos totalitários da Europa Ocidental (nazismo, fascismo etc.). Segundo esta concepção, todo o indivíduo teria o direito, desde seu nascimento, a um conjunto de bens e serviços que deveriam ser fornecidos diretamente através do Estado ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Esses direitos iriam desde a cobertura de saúde e educação em todos os níveis, até o auxílio ao desempregado, à garantia de uma renda mínima, recursos adicionais para sustentação dos filhos etc. Embora várias tentativas, no Brasil o welfare state nunca se consolidou.

² O Consenso de Washington, ocorrido em 1989, foi um encontro onde reuniram-se presidentes eleitos da América Latina, representantes do Banco Mundial, do FMI, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). O assunto predominante desta reunião, eram idéias neoliberais, com propostas de estabilização da economia, privatizações, cortes com gastos públicos, enfim, a abertura de fronteiras econômicas, e desta forma, a globalização em todos os países.

1988, que no seu Art. 5º determina: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, ou seja, enquanto se propõe um direito à igualdade, cria-se um programa que destina recursos públicos a quem comprovar sua condição de pobreza.

Com o discurso neoliberal utilizando-se da desresponsabilização do Estado nas questões sociais, o mesmo afirma que a participação da sociedade civil é essencial para a construção de uma nova conjuntura. Assim, a fim de atender as demandas insatisfeitas da área social, e preencher as lacunas deixadas pelo Estado, surge um campo diversificado de organizações da sociedade civil.

Nos últimos anos, tem surgido em grande massa, as Organizações Não-Governamentais – Ong’s, como resultado da participação ativa da sociedade nas questões sociais, caracterizando a atuação voluntária como intervenção de caráter social.

Como afirmam (Blasco e Parella, 1993, p. 3),

“a resposta, foi o nascimento de um voluntariado que veio preencher os espaços deixados pelo Estado e que se esforçou em diminuir a necessidade daqueles que ficaram “de fora” do sistema, mas sem questionar essa consequência “natural” da economia do mercado.”

No final dos anos 90, surge de forma mais estruturada a discussão sobre o trabalho voluntário*, sendo este considerado como *“um cidadão que motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa tempo, trabalho e talento de maneira espontânea e não remunerada em prol de causas de interesse social e comunitário”*.

Nesta consideração sobre o trabalho voluntário, observamos a questão da solidariedade embutida como forma de valor. De forma mais científica, Durkheim, citado por (Quintaneiro 1996, p.31) esclarece o termo solidariedade como sendo: “os laços que unem cada elemento ao grupo”, identificando dois tipos de solidariedade: mecânica e orgânica.

* O Programa Comunidade Solidária, foi criado pelo Decreto Lei nº 1366 de 12 de janeiro de 1995, apresentando-se como proposta do Governo para o combate a fome e a pobreza. Coordenado por um Conselho consultivo, integrado por 10 ministros e 21 personalidades da sociedade civil, é coordenado pela primeira dama. Este programa propõe desenvolver ações em cinco áreas: alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, e defesa dos direitos.

Na *solidariedade mecânica*, “as idéias e as tendências comuns a todos os membros da sociedade ultrapassam em número e intensidade aquelas que pertencem a cada um deles pessoalmente”. (QUINTANEIRO, 1939, p.31).

Neste tipo de solidariedade, existe um processo de individualização. As pessoas são solidárias, mas não por grandes causas, e sim, por um razão pessoal de contribuição. Agem mecanicamente neste sentido, sem pensar na causa.

Já na *solidariedade orgânica*, os membros da sociedade, são indivíduos que além de suas atividades particulares, assumem trabalhos sociais, procurando resolver as divergências alcançando resultados que atendam a coletividade.

Assim, podemos considerar que os voluntários podem fazer parte destas duas definições, ou seja, pode atender tanto as necessidades coletivas ou pessoais de solidariedade. Cabe aqui, fazer um breve respaldo em relação à questão da solidariedade, e da forma como ela está empregada na conjuntura atual.

O povo brasileiro é solidário, é o que se vê, por exemplo, em campanhas de arrecadação de roupas e alimentos, especialmente em momentos de catástrofe pública de dificuldades coletivas. A solidariedade está enraizada na cultura popular, especialmente por valores de tradição religiosa, no entanto, a utilização da categoria solidariedade indica a “nova” postura que o Estado se propõe em relação ao tratamento da pobreza e da exclusão social.

O discurso da solidariedade vem preparar a sociedade para assumir o seu novo papel: co-assumir as responsabilidades do Estado no que diz respeito à proteção social. A solidariedade por si só não garante a resolução dos problemas sociais com a exclusão e a pobreza de forma continuada. O ato de solidariedade mata a fome momentânea, através de doações de alimentos, ou ações similares, mas não acaba com o problema da miserabilidade

mundial. Segundo Demo (2001, p.65), o discurso da solidariedade é fundamental para o neoliberalismo, porque acalma os conflitos sociais, permitindo a recuperação da supremacia do mercado mansamente, em clima de pretensa cooperação globalizada.

Nossa crítica aqui, não se faz ao voluntariado ou sua forma de organização, pois o mesmo já é um fenômeno mundial, no entanto consideramos que para compreender as diversas facetas utilizadas pela ideologia neoliberal, é preciso que o voluntariado seja um ator crítico e consciente, que compreenda o significado social de suas ações frente ao papel do Estado, especialmente no sentido de cobrar do mesmo o seu comprometimento com políticas sociais.

Em 1998, o mesmo foi reconhecido em instancias oficiais, legitimado por meio da sanção da lei do voluntariado que o define como a atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada sem fins lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade. (Lei nº 9.608, Diário Oficial da União, 18/02/98).

O trabalho voluntário é visto agora mais como parte de um processo global, onde os diferentes trabalhos evoluem para a atuação em âmbitos cada vez mais amplos em prol da justiça e do desenvolvimento social. No sentido moderno, o nascimento formal do voluntariado foi no início do século XX. Este novo modelo contribui para novas concepções e definições, o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, as diversas formas de atividade, organizadas ou não, de bem estar social ou de outros campos. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU).

O voluntário, como ator social e agente de transformação, presta serviços não remunerados em benefício da comunidade; doando seu tempo e seus conhecimentos, realiza

um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto as necessidades do próximo, ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional. (FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA).

“O que você faz bem, pode fazer bem para alguém. Venha, seu coração é voluntário”.

Com este slogan, criado pelo Programa Voluntários em Ação, a mídia tem exercido grande influencia na população. Especialmente nestes últimos anos, tem atraído todas as gerações, mas é cada vez maior o envolvimento de pessoas que estão na terceira idade, geralmente já aposentadas. Provavelmente o afastamento do trabalho e a diminuição das obrigações familiares fazem com que possam dispor de mais tempo livre para a tentativa de uma nova inserção social através da prática voluntária.

Na conjuntura atual, vivenciamos problemas sociais cada vez mais marcados pela miséria, fome, desemprego, sistema de saúde precário, sistema educacional excludente, etc. Neste cenário, encontra-se inserido o voluntariado, cuja inserção está mais especificamente ligada ao Terceiro Setor, participando da nova relação entre Estado e Sociedade Civil.

Esta “nova relação” não se estabelece sem problemas e nem de forma linear, portanto é importante aprofundar, sem pretensão de esgotar, alguns aspectos relevantes que o determinam.

3.2 Breves considerações sobre o terceiro setor

As propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado no âmbito das questões sociais, como citamos anteriormente, são reducionistas e privatistas, trazendo á tona o

conceito de Estado Mínimo para o social, e máximo para a economia. Nesse caso a minimização do Estado e o fortalecimento da sociedade civil pela via do Terceiro Setor atendem perfeitamente à necessidade do capital de se reestruturar e expandir. Para Fernandes (1997, p. 27),

“Terceiro Setor (o Estado é o primeiro, e o mercado é o segundo) é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas em grande parte pelos esforços do voluntariado, num âmbito privado, continuando as práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato, expandindo seu sentido, graças à incorporação do conceito de cidadania e suas múltiplas manifestações na sociedade civil”.

O chamado Terceiro Setor é composto por organizações não-governamentais, organizações sem fins lucrativos, entidades beneficentes, fundações sociais, organizações da sociedade civil, organizações sociais de interesse público, que atuam nas mais diversas áreas, como cidadania e direitos humanos, assistência social, educação, saúde, justiça, infância, adolescência, habitação, emprego, meio ambiente, entre outros.

O crescimento das desigualdades sociais, em função do acúmulo de riqueza de uma determinada classe em contrapartida do empobrecimento e exclusão de outra, fizeram surgir no sentido mais significativo as ONG's (Organizações não Governamentais) que são as mais conhecidas organizações da sociedade civil dentro do terceiro setor.

Estas organizações passaram a ter maior visibilidade especialmente a partir dos anos 70, 80 e 90. Atualmente este setor envolve uma média de 12 milhões de voluntários espalhados por todo Brasil, somente na Pastoral da Criança, o número de voluntários é de aproximadamente 200 mil, sendo 98% mulheres que atendem famílias de classes sociais mais vulneráveis, controlando a nutrição e o peso das crianças.

As organizações da sociedade civil, cuja história se inicia desde o período da nossa colonização, sempre prestaram um relevante serviço público. No entanto, na década de 70, a presença dos movimentos populares foi marcante, articuladas com os sindicatos, associações

comunitárias e movimentos sociais. Neste período, a luta da sociedade civil organizada, era contestatória, isto é, as ONG's posicionavam-se contra o sistema vigente. Para Rico (1998, p.27),

“a expansão das atividades civis, em especial a partir dos anos 70, é uma resposta contundente ao fato de que o mercado e governo não conseguem, de per si, dar conta do enfrentamento de questões que vão desde problemas ecológicos a direitos de minorias étnicas e/ou raciais, ao desemprego, aos sem-terra, aos aposentados, a violência contra as mulheres, a exploração da mão-de-obra infantil, etc”.

Em meados dos anos 80, ocorrem várias mudanças nos países latino americanos, e países do terceiro Mundo. Os Estados reduziram investimentos em políticas sociais, ajustaram seus orçamentos e diminuíram aos poucos os financiamentos de assistência social. Conforme Tenório (2000, p.13) os anos 80 tinha as seguintes características:

- Índices cada vez mais altos de inflação;
- Agravamento da pobreza devido a política neoliberal;
- Crescimento do setor informal

Ou seja, foi a partir daí que os movimentos da sociedade ganharam maior visibilidade, neste contexto ganha destaque o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em 1982.

Nos anos 90, surge um novo desafio para as ONG's. Segundo Herbert de Souza (1991) isto implica em propor junto á sociedade civil, a construção de uma sociedade democrática, do ponto de vista político, social, econômico e cultural, estabelecendo uma verdadeira participação da sociedade nas decisões políticas do país.

Ainda nos anos 90, o próprio conceito de Terceiro Setor começa a se ampliar para além do círculo das ONG's, valorizando outros atores e serviços como a filantropia empresarial, as associações beneficentes e recreativas, as iniciativas das igrejas e o trabalho voluntário.

O Estado começa a reconhecer que as ONG's acumularam um capital de recursos, experiências e conhecimentos sobre formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais

que as qualificam como interlocutores e parceiros das políticas governamentais. O mercado, antes distante, para não dizer indiferente às questões de interesse público, começa a ser penetrado pela noção de responsabilidade social* e passa a ver nas organizações sem fins lucrativos canais para concretizar o investimento do setor privado empresarial na área social.

A responsabilidade social das empresas aproxima as pessoas dos problemas sociais e os tornam mais reais do que pareciam quando só o Estado participava. Nesse novo contexto, as questões sociais ganham um caráter prático porque colocam as pessoas, e não a instituição estatal, em contato direto com a problemática social dos nossos tempos. No entanto sua grande maioria, apenas deseja o marketing e a isenção de impostos fiscais.

Devemos, no entanto, salientar que da forma como a sociedade brasileira foi construída, ou seja, a partir de um Estado autoritário associado a igreja, os apelos de *participação da sociedade civil são fundamentados na idéia de que o cidadão é responsável pelo bem estar de seus semelhantes e pelo bem comum*. Assim, o terceiro setor é um grande aliado para que o Estado possa realizar investimentos econômicos e internacionais, enquanto a sociedade civil atenda as demandas emergentes da população em geral.

À guisa da conclusão, tomando como referência alguns indicadores sociais, observamos que na lógica neoliberal de Estado Mínimo, consideramos que o terceiro setor, embora detenha idéias interessantes, acaba sendo um agente positivo para o Estado, que acaba excluindo-se cada vez mais de suas responsabilidades. Apesar de toda sua preocupação na área social, as organizações que integram o terceiro setor, não vão acabar com os problemas sociais emergentes se não houver uma intervenção urgente do Estado nas questões sociais. Como demonstração dos inúmeros problemas sociais vivenciados pela sociedade na conjuntura atual consideramos os seguintes dados apresentados por Aguiar (2002, p.11),

* A Responsabilidade Social passou a ser discutida no Brasil especialmente a partir dos anos 90. Segundo definição do Instituto Ethos a responsabilidade social vai além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa mudança de atitude, numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos.

- a) No Brasil, há mais de 50 milhões de pessoas que vivem na indigência. Estas pessoas têm uma renda mensal inferior a R\$ 80,00 e não consomem o mínimo de calorias recomendadas pela OMS (GENTILI, 2001);
- b) Na América Latina, há 220 milhões de pobres e mais da metade são meninos, meninas e jovens. Portanto, no continente latino-americano, ter menos de 12 anos e não ser pobre pode ser considerado como sorte e uma quase exceção, pois quase 60% são pobres;
- c) Nas sociedades contemporâneas há mais de 850 milhões de pessoas analfabetas;
- d) Nestas sociedades, 2,4 bilhões de pessoas não têm saneamento básico;
- e) Aproximadamente 325 milhões de crianças não estão escolarizadas; e 11 milhões de crianças menores de cinco anos morrem por ano de causas inevitáveis;
- f) 1,2 bilhão de pessoas sobrevivem com menos de R\$ 1,00 por dia.

Diante deste quadro, podemos concluir que embora todo esforço da sociedade civil através do voluntariado, não serão capazes de erradicar a pobreza, a miséria, a fome, o desemprego produzidos pelo sistema capitalista. As ONG's, devem organizar-se no sentido de cobrar do Estado seus deveres e responsabilidades, especialmente em se tratando da formulação e execução de políticas públicas, e ainda, reconhecer-se como um grande ator na arena.

Independente de todos esses movimentos da sociedade, cuja ação coletiva e integrada está em pleno debate, esta pesquisa enfoca em especial a ação voluntária individualizada, ou seja, aqueles indivíduos que deixam suas casas para realizar trabalho voluntário como uma

das possibilidades, dentre muitas, para manterem-se ativas, física e intelectualmente, motivadas, e participantes.

Assim, no próximo capítulo, o foco será a efetivação desta ação imbuída na prática do grupo de voluntárias da terceira idade, a partir da sua própria realidade fazendo a referência com o arsenal teórico realizado.

4 CAPÍTULO III -A ORIONÓPOLIS CATARINENSE E O GRUPO DE VOLUNTÁRIAS DA TERCEIRA IDADE

4.1 A Orionópolis Catarinense como palco da ação voluntária

Orionópolis, quer dizer “Cidade de Dom Orione”, e o nome foi dado em homenagem a Dom Luís Orione (1872-1940) um Padre italiano, que fundou obras de caridade em salvação de crianças órfãs, sem condições, deficientes físicos e mentais, e ainda pessoas abandonadas.

A sua ação passou por colônias agrícolas, casas de caridade, escolas profissionais, ou seja, os chamados Pequenos Cotelengos, nome dado aos lares que atendem a estas pessoas. Existem Orionópolis, ou Pequenos Cotelengos em cerca de 30 países do mundo. No Brasil, existe em Curitiba/PR, em Cotia/SP, em Brasília/DF, em Belo Horizonte/MG, e a Orionópolis Catarinense em São José. O nome Cotelengo provém de José Benedito Cotelengo, um Padre contemporâneo de Dom Orione, e que na época, começo do século XX, se dedicava a cuidar de pessoas portadoras de deficiência física e/ou mental e também pessoas abandonadas.

A Orionópolis Catarinense é uma entidade religiosa pertencente à Congregação de Dom Orione (Pequena Obra da Divina Providência). É uma obra de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, criada e fundada em 26 de Outubro de 1987. Em 1989, os Padres Orionitas receberam uma doação de um casarão de mais de 100 anos, construído numa área de 23.000 m², em São José. Após sua restauração, no dia 10 de março de 1991, a OCA* iniciou suas atividades, e acolheu 21 pessoas entre idosos e portadores de deficiência física e mental.

Atualmente, a Orionópolis atende 70 pessoas, que são denominados moradores da Entidade, e para melhor atendê-los, está organizada e dividida em dois lares: O Lar Imaculado que atende os idosos, e o Lar São José, que atende meninas portadoras de deficiência física e ou mental.

* OCA – Denominação utilizada para Orionópolis Catarinense.

Os moradores da Orionópolis Catarinense são pessoas portadoras de diferentes tipos de deficiências, onde encontramos as faixas etárias de 07 a 94 anos de idade possuindo uma *infra - estrutura que permite o atendimento integral do morador.*

Dividida em diversos setores, a Orionópolis tem atualmente como Diretor o Pe. Luiz Ângelo Frison, pertencente à Congregação da Divina Providência. Os demais setores são: Internos: saúde, reabilitação, administração, manutenção e abastecimento, Integração Serviço Social, evangelização, comunicação e marketing e pedagogia. Externos: promoções, construções, consultoria. Em geral, os atendimentos prestados aos moradores são:

- Alimentação balanceada com acompanhamento nutricional;
- Atendimento especializado de Enfermagem 24 horas/dia;
- Atividades pedagógicas;
- Reabilitação através da Fisioterapia;
- Tratamento médico, odontológico e alternativo de reflexologia;
- Acompanhamento e integração social através do Serviço Social;
- Lazer, através da música, passeios, apresentações culturais;
- Cuidados estéticos e de higiene.

Sendo assim, a Orionópolis conta com profissionais de diversas áreas: Enfermeiras, Técnicos Administrativos, Professores, Nutricionistas, Psicóloga, Assistente Social, Fisioterapeuta, isto é, uma equipe multidisciplinar trabalhando para o bem estar dos internos.

Para manter a entidade, os órgãos governamentais contribuem com cerca de 5 á 12% mensais. Já 87 a 95% das despesas são pagas através de promoções sociais, como bingos, festas, feiras, e doações da comunidade em geral.

A Orionópolis é a única entidade do Estado de caráter filantrópico de Assistência Social, cadastrada no CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Embora tenha um

caráter religioso, proveniente de sua própria origem, onde a caridade e a ajuda ao próximo fundamentam suas ações, ela garante aos seus moradores, o direito de receber assistência gratuita, e sem contribuições. Pois a partir de 1988, conforme o artigo 203: “A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social”.

Sendo assim, a Orionópolis promove seus trabalhos em consonância com a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), PNI (Política Nacional do Idoso), ECA (Estatuto da Criança e Adolescente).

De acordo com Faleiros (1997) a assistência social, em consonância com a LOAS, contempla um público que a princípio considera-se fora do mercado de trabalho, visto que estes não têm condições de suprir sozinhos suas próprias necessidades.

Importante aspecto a ser lembrado, é o fato de que a assistência, por ser política transversal não exclui outros segmentos sociais, como desemprego, violência, trabalhadores formais e informais excluídos do mercado de trabalho. Portanto faz-se necessário ainda conforme Faleiros, definir a chamada população alvo da assistência, visando:

- Atender aos mais pobres, considerando os critérios de renda;
- Atender os mais excluídos, considerando o acesso;
- Atender os mais despossuídos, considerando as posses e as propriedades;
- Atender os mais destituídos considerando a cultura, informação, vestuário, habitação, ausência de cidadania em seu conjunto;
- Atender as vítimas de violação dos direitos humanos, prevenindo os riscos de violação de direitos e deterioração das condições de vida;
- Atender a privados de sobrevivência;
- Atender emergências em calamidades públicas nas zonas pobres;
- Atender bairros pobres em projetos de superação da pobreza;

- Atender população portadora de deficiência;
- Atender doentes incuráveis, atender vítimas de maus tratos, abuso sexual ou outro tipo de violência física, psicológica ou moral;
- Atender os abandonados;
- Atender pessoas em crise pessoal como em tentativas de suicídio;
- Atender dependentes químicos;
- Atender idosos pobres ou sem vínculos familiares.

Ao delimitar o público alvo da assistência social, significa que não somente idosos portadores de deficiência física e mental ou crianças sejam prioridade para o atendimento, mas justificar que abrange as várias camadas sociais populares existentes na sociedade.

Historicamente, o modelo de assistência no Brasil, sempre foi conduzido de forma excludente, mesmo com o reconhecimento da assistência como política pública, observamos o “Estado Mínimo”, omissivo aquilo que é de sua responsabilidade, ou seja, na alocação de recursos públicos para a verdadeira efetivação da assistência em suas diversas áreas de atuação.

Como afirma Sposati (1995, p.07),

“os governos não tem se ocupado em identificar necessidades, e a partir destas, analisar demandas, estabelecer propostas e definir padrões, o que seria próprio de uma Política Pública, mas sim identifica pontualmente os necessitados. Assim, ao invés de se ocupar do que seriam as necessidades a serem atendidas pela assistência social como política universal, ela tem se ocupado em estabelecer quem são aqueles considerados como necessitados sociais”.

Concordamos com Sposati, e acrescentamos que, embora a LOAS trabalhe com o conceito de universalidade no campo da assistência social, a mesma não existe em sua totalidade, uma vez que sua abrangência, não alcança todo o universo de excluídos.

O Serviço Social, presente na Orionópolis Catarinense, prima pelos direitos básicos legais, através do reconhecimento da assistência como direito, participando do processo de

(re) construção da identidade dos moradores, garantindo ações assistenciais de proteção social, em consonância com a LOAS que estabelece:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Cientes da omissão do Estado, e que através de seus argumentos substitui o valor do direito como simplesmente ajuda, os sinais de solidariedade tornam-se plenamente visíveis como afirma Yasbek (1995, p.22),

“É inegável que o avanço do ideário da sociedade solidária, vem se colocando como alternativa face a limitação da ação social do Estado no neoliberalismo. Quer pelo papel da subsidiaridade que cabe ao Estado nesse ideário, que a lógica neoliberal confronta-se com o próprio pensamento igualitário na esfera pública”.

Desta forma, cresce em toda a sociedade o numero de pessoas com meta de exercer atividades em prol de uma causa social, sem animo de lucro, são eles, os chamados voluntários.

Na Orionópolis, existe um registro de aproximadamente 200 voluntários cadastrados, sendo que atualmente um grupo mais restrito de pessoas trabalha na Instituição. Este grupo é conhecido como Clube de Mães. Para compreender o surgimento deste grupo, vamos fazer um breve resgate sobre o seu surgimento.

Desde o início de suas atividades, em 1991, a Orionópolis Catarinense, sempre contou com o apoio de voluntários para o desenvolvimento das atividades. Como enfatizamos no item anterior, a OCA recebe o auxílio da comunidade para sua manutenção, através de doações de roupas, móveis usados, brinquedos, utensílios domésticos, que são vendidos para a comunidade em geral, para obter mais recursos para a entidade. Como chegavam muitas doações, duas voluntárias, tinham o trabalho de separar o que realmente poderia ser aproveitado e vendido.

Em 1994, já havia um grupo de 15 voluntárias, que se reunia para fazer um aproveitamento do material recebido através das doações. Cabe ressaltar que este grupo tinha o acompanhamento direto do Serviço Social, e contava com a participação e apoio de uma estagiária nesta época. Algum tempo depois, a coordenadora do grupo mudou de cidade, e aos poucos o grupo foi sendo desfeito, restando apenas duas ou três pessoas participantes.

Em agosto de 1998, uma funcionária da Pedagogia, teve a idéia de resgatar o grupo de voluntárias, visto que as doações foram aumentando, para aproveitar trabalhos manuais iniciados que chegavam, como crochê, tricô, tapeçaria para fazer o acabamento e mais tarde vender nas feiras em prol da Instituição. Nesta época, o diretor da Orionópolis era o Pe. José de Boita, e através das missas eventuais, a divulgação foi sendo feita, convidando pessoas da comunidade a participar voluntariamente prestes a colaborar com este trabalho. A princípio, a idéia não tinha o propósito de formar um grupo da terceira idade, a verdadeira intenção era formar um Clube de Mães, independente da idade das participantes. De imediato somente três mulheres da comunidade vieram até a Orionópolis, e reuniam-se todas as segundas-feiras.

Mais tarde, as mulheres começaram a participar, e o espaço dos encontros passaram a ter maior visibilidade.

Atualmente, o grupo do Clube de Mães, é composto por vinte e cinco mulheres, sendo que participam deste grupo oito idosas. Além de um espaço de integração social, este grupo realiza trabalhos manuais como crochê, bordados, tapeçaria, colchas, entre outros, sendo que todo material é vendido em feiras para arrecadar fundos para a entidade.

Em todos os encontros, observamos que existe uma satisfação muito grande em participar do grupo atuando voluntariamente. Este foi o fato que nos chamou atenção, descobrir qual a razão/motivação de fazer este trabalho, especialmente entre as idosas participantes. É o que veremos no capítulo a seguir.

4.2 O idoso e a atividade voluntária na Orionópolis Catarinense: motivos e razões

Para dar conta do objeto desta pesquisa, produziu-se um período de observação sobre o cotidiano e o comportamento deste grupo durante o período de estágio, foi assim, que vários questionamentos surgiram. Segundo Neto (1998, p.35),

“o pesquisador, ao permanecer alheio ao grupo, observa os fenômenos que nele ocorrem. Apesar da informalidade, ele coloca-se num plano científico, pois ultrapassa a constatação dos fatos pois é seguida de um processo de análise e interpretação”.

As indagações centrais iam no sentido de descobrir quais os sentimentos que conduzem a uma prática voluntária na terceira idade. Para suprir este desejo, elaboramos um projeto, assim, algumas hipóteses foram sendo delineadas.

Seriam estas pessoas solidárias, motivadas pela idéia de caridade e amor ao próximo, influenciada pela questão da religiosidade? Seriam aposentadas que por se sentirem só

procuram um espaço de inserção social? Ou ainda, seriam pessoas que encontram no trabalho voluntário uma espécie de satisfação pessoal e social, já que o idoso em nossa sociedade é visto como ultrapassado e incapaz. O que leva estas idosas a saírem de seus lares, para realizar um trabalho voluntário? Que importância tem este trabalho para elas?

Caminhando na perspectiva dessas questões, pude ir definindo e construindo os objetivos deste estudo entre eles, conhecer as razões e motivos que levaram ao trabalho voluntário; há quanto tempo realiza trabalho voluntário na Orionópolis, e porque a escolha desta Entidade; compreender o significado do trabalho voluntário para estas pessoas; verificar se a prática voluntária tem influencia religiosa, de ordem pessoal ou social, tempo livre, ou influencia da mídia.

Para atingir os objetivos propostos, alguns procedimentos metodológicos foram escolhidos, entre eles, a coleta de dados, e análise dos mesmos através de uma revisão literária específica do tema. Como um instrumento de acesso aos sujeitos da pesquisa, visando obter maiores informações, utilizamos a entrevista estruturada, com a aplicação de um questionário contendo três perguntas norteadoras.

- 1- Porque você escolheu a Orionópolis Catarinense para realizar o trabalho voluntário?
- 2- Para você, o que é ser voluntário?
- 3 - Quais são as razões ou motivos que conduzem a sua prática voluntária.

Na visão de Neto (1998) a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos nas falas dos atores sociais. Ela tem característica pretensiva, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que está sendo focalizada.

Nesta entrevista, nossa pretensão, não foi traçar um perfil do grupo, pois sabemos que se trata de um grupo de mulheres na sua grande maioria, aposentadas. Nosso interesse foi de

verificar posturas e respostas individuais e suas respectivas relações dentro do contexto vivido e inserido em uma dada cultura.

O processo de interpretação do material coletado e das experiências vivenciadas constituíram-se no corpo essencial deste estudo. Foram levantados dados que propiciaram conhecer os motivos que levaram as pessoas a se tornarem solidariamente ativas na terceira idade.

Este capítulo aborda o tema central deste estudo, apresentando o resultado dos dados obtidos nas 05 entrevistas escolhidas. Devemos salientar, que foram aplicados 25 questionários respeitando o número de participantes do grupo. No entanto escolhemos 05 respostas por estarem associadas ao tempo de permanência no grupo. Ou seja, três participantes desde o início, e duas que chegaram recentemente ao grupo.

Gostaria de acrescentar, a que houve a participação efetiva dos entrevistados, não havendo nenhuma recusa do grupo em participar deste estudo, ao contrário, demonstraram se sentir gratificadas pela condição de transmitir suas emoções e sentimentos que carregam consigo.

Como a questão norteadora deste estudo são as razões/motivos que conduzem a prática voluntária, consideramos necessário um esclarecimento maior a respeito dos motivos que conduzem estas ações.

Conforme Corrullón (s/d), as razões e ou motivos que conduzem a prática voluntária, podem ser sistematizadas em duas grandes vertentes. A primeira é uma motivação pessoal, que atende a uma inquietação interior, que leva a uma ação diante de alguma situação de dificuldade, de sofrimento. Esse impulso solidário está alicerçado em valores espirituais e culturais, manifestando-se principalmente nos religiosos praticantes. A história das religiões mostra que todas têm em seus fundamentos a caridade, a responsabilidade e a ajuda ao

próximo. O espiritismo, o judaísmo, o islamismo, o cristianismo, as religiões africanas valorizam espírito de comunidade e a ajuda ao próximo.

A segunda vertente é de natureza social. É o olhar crítico de um voluntário em relação à realidade que, ao se deparar com algo que o incomoda, com uma injustiça, engaja-se e decide atuar no enfrentamento dos problemas. Essa análise nos leva a fazer uma reflexão sobre o papel do voluntário e do militante, considerando entre ambos uma característica comum, ou seja, ambos partem do emocional. No entanto, esta semelhança se difere quando colocam em prática as suas ações.

O voluntário é movido pela compaixão e o militante pela indignação. Neste agir a partir da emoção, o militante tem uma visão crítica da sociedade, tenta atacar as causas estruturais no sentido de transformá-las. O voluntário realiza uma atividade que pode parecer menos relevante para a mudança da sociedade, mas ele crê poder alterar alguma coisa e fazer, assim, a diferença, funcionando isto como fonte de realimentação da motivação.

A partir deste momento, procuramos evidenciar os resultados das entrevistas que pudemos colher, a partir das próprias questões do roteiro de apoio que elaboramos. Assim, vamos resgatar o conjunto das falas para avaliar o seu conteúdo, e analisar estas colocações.

Passaremos agora, a realizar uma análise dos dados obtidos com a entrevista, pois consideramos por bem resgatar o conjunto das falas para avaliar o seu conteúdo, até mesmo, pela riqueza das informações que nos foram ofertadas.

Quando questionadas sobre a escolha da entidade, percebemos que em sua grande maioria o trabalho voluntário passou a ser dedicado às atividades comunitárias, voltadas para ajudar o próximo. O grupo, em sua grande maioria reside próximo à entidade, no entanto a escolha se faz por algumas razões identificamos ancoradas em valores religiosos que incentivam o trabalho e ajuda ao próximo.

“Sempre gostei de ajudar as pessoas, estar na Orionópolis, é uma forma de ajudar quem precisa de ajuda”. (Z – 70 anos)

“Sou muito religiosa, toda minha família é, portanto estar na aqui na Orionópolis é uma maneira de cultivar a fé cristã, ajudando a quem precisa de amor e carinho”. (F – 71 anos)

“Estou aqui hoje por indicação de amigos, mas gostei muito. Quando saio daqui, fico feliz por saber que pude ajudar as pessoas que moram aqui”. (N – 68 anos)

Eu acho assim, eu acho, muito bom pra mim e pras pessoas, não é? Eu estou fazendo alguma coisa prá ajudá-los, apesar que, muita gente acha que não é nada. (M – 63 anos)

“Escolhi a Orionópolis, por ser de origem cristã. E também porque moro perto daqui”. (O – 65 anos).

Nestas falas, percebemos que o trabalho voluntário está totalmente relacionado a questão da prática religiosa, permeada com a noção de caridade e ajuda ao próximo. Podemos considerar, que a religiosidade está presente, objetiva e subjetivamente em todas as falas. Sabemos que relação existe, justamente pela ação voluntária estar diretamente relacionada ao percurso da ajuda e assistência aos pobres que sempre foi prática da igreja católica.

Quando foi solicitado aos elementos do grupo pesquisado que tentassem definir o trabalho voluntário, percebeu-se que as definições elaboradas pela maioria foram coincidentes com a de Corrullón (1999), isto é, *um agir que parte de um impulso emocional* e que os entrevistados traduziram por: doação, ajuda, aprendizado, partilha, identificação.

Embutida no pensamento de vários pesquisados encontra-se a idéia de doação, nunca de coisas materiais, mas de *tempo, trabalho, talento* e de experiência. A escolha por um determinado tipo de trabalho solidário, por eles, consistiu em um ato espontâneo relacionado a convicções, características pessoais, preferências, facilidades, e pela vontade de contribuir para um mundo melhor.

“Para mim é tão prazeroso o que eu estou fazendo aqui, que eu não considero um trabalho. Eu considero uma participação, eu considero estar doando alguma coisa. Eu recebi tanto de Deus, da vida, eu tenho uma família tão bonita (...) Eu acho que tinha que dar alguma coisa em troca. (F – 71 anos)

“Olha, é doar-se de todo o coração, é fazer alguma coisa que sirva para os outros. A gente recebe tanta graça que devemos retribuir aos outros (Z – 70 anos)”.

“Eu acho que o trabalho voluntário já deve partir de dentro da pessoa, eu amo o que faço, e com isso me sinto cada dia mais feliz” (N – 68 anos)

“Para mim, ser voluntária é dedicar-se um pouco nas horas difíceis a pessoas necessitadas, é ser solidário com os outros”. (O – 65 anos)

“Ser uma voluntária, é poder ajudar os outros sem pedir nada em troca, todos deveriam se ajudar, eu já recebi muito na minha vida, agora tenho que retribuir (M – 63 anos)

Pelo que se pode perceber, os entrevistados encontram no trabalho voluntário, uma forma de devolver para a sociedade o que receberam, conforme afirma Corullón (1999), é comum que as pessoas realizem alguma atividade “socialmente útil” como forma de retribuição do conhecimento e experiência adquirida do decorrer da vida, contribuindo para a construção da cidadania dos menos favorecidos.

O trabalho voluntário seria então uma maneira de exercer a cidadania através da solidariedade para com o próximo, pois à medida que se recebe da sociedade todos os aspectos de sua formação com cidadão (sejam valores, cultura, educação), sente-se na obrigação de proporcionar aos que não tiveram a mesma igualdade de condições, um pouco do que receberam.

Isto torna-se ainda mais visível, quando nos direcionamos para o foco central desta pesquisa, que é conhecer as razões ou motivos que conduzem a sua prática voluntária. Através de leituras sobre o tema, e pelo próprio depoimento das entrevistas, constatamos que a adesão do idoso ao trabalho voluntário se associa tanto a motivações objetivas, como valorizar o tempo livre, atender sentimentos religiosos; quanto a razões existenciais, como a necessidade de sentir-se útil, por exemplo. Tudo isso, está agregado a ganhos pessoais, entre eles, a inserção social e o cultivo de novas amizades.

“Eu sempre tive vontade de fazer alguma coisa em doação pra alguém, né? Eu não sei se foi o modo de criação ou mesmo do meu interior e eu sonhava que um dia aposentada, eu iria fazer alguma coisa pra alguém. Que eu acho que todo mundo deveria fazer, porque no final não é o outro que está ganhando, é você mesmo. (M – 63 anos)

“O que me traz aqui, é porque eu acho que todos nós podemos nos doar um pouco, assim, o mundo seria bem melhor.” (O – 65 anos)

“Eu gosto muito de estar com este grupo, pois antes, eu ficava em casa, sem vontade de sair, e agora, eu saio, venho aqui e me sinto feliz, sem falar que estou fazendo novas amizades” (N – 68 anos)

“Um motivo, é eu ser religiosa por demais, o outro, é eu poder vir aqui encontrar minhas amigas, a gente se diverte neste espaço”. (Z – 70 anos)

“Minha maior razão é poder estar contribuindo e ajudando pessoas que precisam, o outro motivo, é minhas amigas do grupo, sou muito feliz aqui.” (F – 71 anos)

Percebemos, que a ação voluntária está ligada à solidariedade, que na natureza humana é a capacidade de agir em benefício do outro. Ser solidariamente ativo abre a possibilidade de continuar o processo de realização e aperfeiçoamento enquanto ser humano preocupado consigo e com o próximo. Propicia aos idosos, ao mesmo tempo, uma abertura para a comunidade e para o mundo, vencendo o individualismo e o isolamento, fatores muito presentes no pós-trabalho. Evitá-los, também, é uma das causas da busca de outra atividade, que compensasse, inclusive, a perda de prestígio decorrente da saída do mundo produtivo.

Pode-se considerar o trabalho voluntário realizado por aposentados como uma das maneiras saudáveis de viver o momento da aposentadoria, possibilitando construir um espaço possível de atuação e significado que contribui para o reconhecimento de um lugar social e político para o segmento da população que envelhece.

O trabalho voluntário, sem dúvida, contribui para que se desqualifiquem quaisquer estereótipos e preconceitos subjacentes à condição de aposentados e ajuda a desenhar uma das possíveis formas de viver o pós-trabalho e a velhice, dando-lhes significado. O voluntariado, por sua vez, é uma fonte de realimentação do desenvolvimento e realização pessoais, além de propiciar a continuidade da inserção nos espaços públicos e privados.

O trabalho voluntário, pelo que podemos perceber, pode ser uma das atividades que propicie ao idoso um lugar possível de atuação e significado, que traga, um reconhecimento do lugar social e espaço político para este segmento da população.

Gostaríamos de ressaltar, que enquanto categoria profissional, o Serviço Social da Orionópolis Catarinense realiza junto ao grupo, a valorização pessoal, ou seja, procuram proporcionar aos grupos, atividades que promovem o bem estar e a participação de todos, como passeios, festas, encontros. Por se tratar de um grupo praticamente independente, que planeja e executa suas próprias atividades, consideramos este, como sendo um fator positivo agregado ao grupo, pois a medida em que determinam suas ações, ele cria autonomia e independência, tanto para decisões favoráveis, ou mesmo para a resolução de possíveis conflitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta inicial fazer um estudo sobre os motivos que conduzem a prática voluntária na terceira idade.

Podemos observar que historicamente o idoso em nossa sociedade sempre foi tratado com grande indiferença e desrespeito, o que lhe acarretou a imagem de fraco e inútil, fazendo com que se tornasse vítima do isolamento social. Somente a partir dos anos 70, o mesmo passou a ganhar maior visibilidade no âmbito nacional devido ao crescimento excessivo deste segmento.

Ao longo de nossos estudos, também podemos identificar, que o trabalho voluntário, sempre esteve relacionado ao percurso da ajuda e da assistência aos pobres, cuja existência sempre fez parte da vida da comunidade, independente dos contextos sociais, mas que se deixou apropriar durante longo período, sob a influência da igreja católica. Mesmo com as transformações ocorridas ao longo dos anos, o voluntariado idoso, ainda encontra-se influenciado pela religiosidade nas suas ações.

Nessa perspectiva, o resultado da análise da pesquisa de campo trouxe respostas afirmativas às principais hipóteses, anteriormente levantadas neste trabalho. Confirmou-se que as idosas que realizam trabalho voluntário tem como razões e motivos, basicamente: a influência de valores religiosos, a retribuição para a sociedade, a ocupação do tempo livre, bem como a inserção social a fim de estabelecer novas amizades e evitar o isolamento social.

O título deste estudo me leva à conclusão de que as idosas voluntárias participantes do Clube de Mães da Orionópolis Catarinense são pessoas principalmente motivadas pela religiosidade e solidariedade, que estão ao mesmo tempo revestidas em forma de valores éticos e morais.

Independente de qualquer questão polêmica a conclusão é que o trabalho voluntário realizado por estas idosas, sem dúvida, uma forma saudável de viver o momento pós-aposentadoria. É uma forma de estar em contato com o mundo, com as pessoas, e mais ainda, é uma forma de dar sentido à existência.

Finalmente, os depoimentos coletados podem mostrar que há formas muito diferenciadas de viver o tempo do pós-trabalho e o processo de envelhecimento. Mesmo quando todos os padrões ainda vigentes colocam esse tempo e esse momento da existência de forma estereotipada.

O trabalho voluntário, sem dúvida, contribui para que se desqualifiquem quaisquer estereótipos e preconceitos subjacentes à condição de aposentados e ajuda a desenhar uma das possíveis formas de viver o pós-trabalho e a velhice, dando-lhes significado. O voluntariado, por sua vez, é uma fonte de realimentação do desenvolvimento e realizações pessoais, além de propiciar a continuidade da inserção nos espaços públicos e privados.

O trabalho voluntário, pelo que posso concluir, pode ser uma das atividades que propicie ao idoso um lugar possível de atuação e significado na sociedade que a envelhece cheia de preconceitos com este segmento da população.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Carlos Henrique. **Justiça social, democracia e poder no Brasil contemporâneo: impasses e perspectivas**. Niterói: UFF, 2002.
- ASSIS, Mônica de. **Ações educativas em saúde do idoso: o enfoque da Promoção da Saúde**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 6. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14.724**: informação e documentação – Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: numeração progressiva. Rio de Janeiro: ABNT, 1989.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: sumário - procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA - ANG. **Políticas para a terceira idade nos anos 90**. Mimeo, 1989.
- BARROS, M. M. L. de (Org). **Velhice ou terceira idade?** 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BLASCO, A.; PARRELLA, M. **Curso de capacitação em gerência**. In: Apostila Filosofia do voluntariado, elaborada pelo Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária Venezuela/Caracas, 1993.
- BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Constituição 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1948, de 03 de julho de 1996. Regulamenta a Lei 8842, de 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília: MPAS/SAS, 1996.

BRASIL. Lei 8842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília, MPAS/SAS, 1994.

BRASIL. Lei nº8742 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1993.

CORRULLÓN, M. **O voluntariado no Brasil**. In: Apostila Terceiro Setor do voluntariado. [S. l.]: Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, [19--].

CRUZ NETO, Octávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MYNAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEMO, Pedro. **Pobreza sócio econômica e política**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

FERNANDES, Rubem César. **“O que é terceiro setor?”**. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRAIMAN, Ana Perwin. **Coisas da idade**. 2.ed. São Paulo: Hermes, 1995.

HARTFORD, Margaret E. **Grupos em Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1983.

KISNERMAN, Natálio. **Serviço social de grupo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

LANDIM, Leilah. Para além do mercado e do estado? Filantropia e cidadania no Brasil. **Cadernos do Iser**, Rio de Janeiro, jun.1993.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade ou alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

- MOREIRA, Marilda Maria da Silva. **Políticas sociais para a terceira idade no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- NERI, A. L. **Envelhecer num país de jovens**. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- OLIVEIRA, Jairo da Luz. **Grupo de convivência: espaço de reflexão e cidadania**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- SABO Paes, José Eduardo. **Fundações e Entidades de interesse social**. Brasília, Editora Brasília Jurídica, 1999.
- SALGADO, Marcelo Antonio. **Velhice, um nova questão social**. 2. ed. São Paulo: SESC/CETI, 1982.
- SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Previdência Social um direito conquistado: resgate histórico, quadro atual e propostas de mudanças**. Maranhão: Sindicato dos trabalhadores em saúde e previdência, 1995.
- SINÉSIO, Neila Barbosa Osório. **Universidade da melhor idade: uma proposta salesiana para o idoso**. Campo Grande, MG: Solidária, 1999.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONG's: principais funções gerenciais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- YASBEK, Maria Carmelita. **Assistência Social: direito do cidadão, dever do Estado**. 1995.